

CONCURSO PÚBLICO

18. PROVA OBJETIVA

ESPECIALISTA EM PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 50 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ PREENCHA, COM SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO, OS ESPAÇOS RESERVADOS NA CAPA DESTA CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ ASSINALE NA FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA.
- ♦ AO TERMINAR A PROVA, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E LEVARÁ ESTE CADERNO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Número de inscrição _____

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de números 01 a 06.

Não há nada mais insólito do que um filme sem música: reduzido ao som ambiental, “realista”, o cinema perde, paradoxalmente, um de seus maiores artifícios de “realidade”. É quase tão estranho pensar num filme sem trilha sonora quanto seria olhar pela janela e descobrir o mundo inteiro banhado de música, como se tudo tivesse, magicamente, se transformado em cinema.

A função da música no cinema tradicional vai desde a criação de um ambiente afetivo até a costura da narrativa e o comentário às cenas. Muito do que passa por música de filme não tem outra ambição que a de ajudar na hipnose da plateia ou reforçar padrões de expectativa (um tema expressivo nas cordas para a cena de amor; uma sequência de acordes de sétima dominante quando o vilão dos desenhos animados fracassa).

Essa estranheza de pessoas e coisas vivendo com trilha sonora, cidades inteiras cobertas de canções tem um nome antigo: melodrama, literalmente um drama com música.

(Arthur Nestrovsky, *Notas Musicais*)

01. Segundo Nestrovsky, a música no cinema serve, entre outras coisas, para

- (A) reduzir o som ambiental.
- (B) criar um ambiente afetivo.
- (C) inverter situações de conflito.
- (D) alegrar as cidades.
- (E) ajudar a vender os filmes.

02. Segundo o autor, o fato de a realidade de um filme depender de uma trilha sonora e o mundo real não ter música se explica por

- (A) coincidência.
- (B) transitoriedade.
- (C) paradoxo.
- (D) expressividade.
- (E) hipnose.

03. *Insólito*, no texto, significa

- (A) normal.
- (B) variável.
- (C) fraco.
- (D) incomum.
- (E) ruim.

04. Há emprego de linguagem figurada na frase da alternativa:

- (A) ... pensar num filme sem trilha sonora...
- (B) ... o mundo inteiro banhado de música...
- (C) ... um tema expressivo nas cordas...
- (D) ... uma sequência de acordes...
- (E) ... vilão dos desenhos animados...

05. Assinale a alternativa em que há voz passiva.

- (A) Não há nada mais insólito do que um filme sem música: ...
- (B) ... quanto seria olhar pela janela e descobrir o mundo inteiro...
- (C) ... como se tudo tivesse, magicamente, se transformado em cinema.
- (D) ... desde a criação de um ambiente afetivo...
- (E) ... a de ajudar na hipnose da plateia ou reforçar padrões de expectativa...

06. Assinale a alternativa em que o verbo *haver* tem a mesma regência que aparece em – *Não há nada mais insólito do que um filme sem música: ...*

- (A) Hão de existir políticos mais honestos.
- (B) Napoleão havia terminado os preparativos para sua coroação.
- (C) Há de haver algum emprego para mim.
- (D) Os celtas podem haver construído esta muralha.
- (E) Os músicos houveram por bem fazer novo ensaio.

Leia o texto a seguir para responder às questões de números 07 a 10.

A Orquestra Histórica do Brasil, especializada em música antiga e barroca, realiza hoje, às 21h, o primeiro de dois concertos no teatro Copa Airlines, no shopping Eldorado, em SP. Promovidas pelo Instituto Open Door, as apresentações terão regência do maestro João Guilherme Figueiredo e programa composto por peças de Vivaldi e obras pouco conhecidas, compostas, em sua maioria, nos séculos 16 e 17. Os ingressos custam R\$ 60.

(Folha de S.Paulo, 27.04.2009)

07. Segundo o texto,

- (A) as peças de Vivaldi são modernas e as dos outros autores são barrocas.
- (B) o maestro João Guilherme Figueiredo é responsável pelo Instituto Open Door.
- (C) o teatro Copa Airlines é financiado pelo Instituto Open Door.
- (D) a Orquestra Histórica realizará vários concertos no shopping Eldorado.
- (E) as peças de Vivaldi não terão sido, necessariamente, compostas nos séculos 16 e 17.

08. Da leitura do trecho – *A Orquestra Histórica do Brasil, especializada em música antiga e barroca ...* – pode-se entender que

- (A) a música barroca é vista como diferente da música antiga.
- (B) a música antiga está contida na música barroca.
- (C) a música barroca está contida na música antiga.
- (D) ambas as músicas pertencem à Idade Média.
- (E) ambas as músicas pertencem à História do Brasil.

09. Assinale a alternativa que contém uma diferente versão da última frase do texto, em que a concordância se apresenta de acordo com a norma culta do português do Brasil.

- (A) As apresentações terá no programa peças de Vivaldi e uma maioria de obras pouco conhecidas compostas nos séculos 16 e 17.
- (B) As apresentações terão no programa peças de Vivaldi e uma maioria de obras pouco conhecidas composta nos séculos 16 e 17.
- (C) As apresentações terão no programa peças de Vivaldi e uma maioria de obras pouco conhecidas compostos nos séculos 16 e 17.
- (D) As apresentações terão no programa peças de Vivaldi e uma maioria de obras poucas conhecidas compostas nos séculos 16 e 17.
- (E) As apresentações terão no programa peças de Vivaldi e uma maioria de obras pouco conhecido composto nos séculos 16 e 17.

10. Além do sentido de “ter determinado valor ou preço”, como está empregado no texto, *custar* pode também ter o sentido de “ser penoso, lastimoso”. Este último sentido pode ser encontrado em:

- (A) Ele custou muito a chegar ontem à noite.
- (B) Aquela imprudência custou-lhe a vida.
- (C) O carro novo custou mais do que tinha pensado.
- (D) Pensando bem, custava ter pelo menos telefonado?
- (E) A troca de pneus custou-lhe a primeira posição no “grid”.

CONHECIMENTOS GERAIS

11. Segunda-feira (15/09)

O banco de investimento Lehman Brothers, o quarto maior dos EUA, entra com pedido de concordata – a maior da história do país. A AIG, a maior seguradora do mundo, anuncia plano de reestruturação para levantar capital e eleva o temor dos mercados.

(Folha de S.Paulo, 28.09.2008)

Esses acontecimentos relacionam-se a uma crise cuja origem está

- (A) na política de juros altos e restrição de crédito do Tesouro americano.
- (B) nos gastos excessivos do governo norte-americano na guerra do Iraque.
- (C) na intervenção desenfreada do governo americano na economia.
- (D) no mercado imobiliário, com financiamentos até para clientes de alto risco.
- (E) na valorização dos títulos da dívida pública para o pagamento de hipotecas.

12. Em novembro de 2008, foi anunciada a fusão de duas instituições financeiras brasileiras. Trata-se de

- (A) Bradesco e do HSBC.
- (B) Banespa e do Santander.
- (C) Real e do ABN Amro.
- (D) Safra e da Nossa Caixa.
- (E) Itaú e do Unibanco.

13. No final de dezembro de 2008 e início de 2009, novos confrontos bélicos ocorreram na Faixa de Gaza, envolvendo

- (A) libaneses e sírios.
- (B) israelenses e palestinos.
- (C) indianos e paquistaneses.
- (D) russos e chechenos.
- (E) turcos e armênios.

14. Durante a realização dos Jogos Olímpicos de Pequim, em agosto de 2008, o governo da China temia a ocorrência de manifestações a favor desta região autônoma. No final de fevereiro de 2009, turistas estrangeiros foram proibidos de visitá-la, antes do 50.º aniversário de uma rebelião fracassada contra a China.

Essas informações referem-se à região

- (A) de Xangai.
- (B) do Tibete.
- (C) de Hong Kong.
- (D) da Mongólia.
- (E) de Taiwan.

15. Sobre a Reserva Raposa Serra do Sol, o Supremo Tribunal Federal confirmou, em março de 2009,
- (A) a desocupação, por parte dos índios, das áreas de produção de arroz.
 - (B) a presença de tropas militares para a defesa das fronteiras.
 - (C) a demarcação contínua das terras indígenas, sob certas condições.
 - (D) o direito de fazendeiros e índios às terras que já ocupam.
 - (E) a necessidade de ilhas territoriais para separar índios de brancos.
16. De acordo com dados divulgados pelo IBGE, no início de 2009, o Produto Interno Bruto brasileiro do quarto trimestre de 2008, em relação ao terceiro trimestre de 2008,
- (A) diminuiu 11,9%.
 - (B) cresceu 5,1%.
 - (C) diminuiu 7,4%.
 - (D) cresceu 0,5%.
 - (E) diminuiu 3,6%.
17. O Tribunal Superior Eleitoral confirmou, em abril de 2009, a cassação do governador Jackson Lago e do vice Luiz Porto, por abuso de poder econômico e político. Lago governava
- (A) o Maranhão.
 - (B) Pernambuco.
 - (C) a Paraíba.
 - (D) Roraima.
 - (E) o Amazonas.
18. Cumprindo promessa de campanha, o presidente norte-americano Barack Obama anunciou, em abril de 2009,
- (A) a permissão para empresas americanas negociarem em Cuba.
 - (B) o fechamento imediato da base e prisão de Guantánamo.
 - (C) a liberação total de viagens de cubano-americanos para a ilha.
 - (D) o fim do embargo econômico dos EUA a Cuba.
 - (E) a inclusão de Cuba na OEA, no FMI e no Banco Mundial.
19. *A estratégia de desonerações tributárias setoriais explicita a aposta do governo no mercado interno como fator de sustentação do crescimento econômico durante a crise financeira e retração do comércio internacional.*
- (O Estado de S.Paulo, 18.04.2009)*
- Como exemplo dessa estratégia, o governo brasileiro determinou, em abril de 2009,
- (A) a elevação de impostos sobre materiais de construção, como o cimento.
 - (B) o aumento dos juros pagos aos depósitos nas cadernetas de poupança.
 - (C) a transferência dos recursos do FGTS para a Previdência Social.
 - (D) a redução do IPI sobre alguns eletrodomésticos, como fogões e geladeiras.
 - (E) o corte nas alíquotas de exportação e nas despesas do setor público.
20. *Palco histórico de conflitos, por conta de grilagem, desmatamento e auge e queda do garimpo, (...) vive hoje um acirramento fundiário. O Estado, uma das principais fronteiras agropecuárias do país, é alvo da cobiça de grandes grupos, o que torna cada vez mais escassas as áreas passíveis de desapropriação para reforma agrária.*
- O efeito prático disso é o aumento (ou a manutenção) dos acampamentos. (...)*
- O conflito de anteontem é apenas mais um, numa extensa lista acumulada nos últimos 30 anos. O mais conhecido aconteceu 13 anos atrás, em Eldorado dos Carajás.*
- (Folha de S.Paulo, 20.04.2009)*
- O trecho faz referência ao Estado do
- (A) Pará.
 - (B) Mato Grosso.
 - (C) Tocantins.
 - (D) Paraná.
 - (E) Rio Grande do Sul.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Conforme as disposições da Constituição Federal da República, 1988, e alterações posteriores,
- (A) os Municípios atuarão prioritariamente na educação infantil.
 - (B) os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental, apenas.
 - (C) a União e os Estados aplicarão, anualmente, nunca menos de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
 - (D) é vedado o financiamento da educação básica pública com a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.
 - (E) a educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.
22. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º 9.394/96, em relação ao currículo do ensino médio, observar-se-á, dentre outras disposições, que
- (A) o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena é obrigatório somente nos estabelecimentos de ensino públicos.
 - (B) serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio.
 - (C) o ensino da arte é conteúdo de caráter obrigatório, não constituindo, porém, componente curricular obrigatório.
 - (D) o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena e africana.
 - (E) cabe a cada instituição de ensino o controle de frequência dos alunos e a definição da frequência mínima para aprovação.
23. Analise as disposições a seguir, referentes à organização dos currículos do ensino médio:
- I. os conteúdos curriculares devem priorizar as informações, para cumprir as finalidades do ensino médio previstas pela lei.
 - II. a base nacional comum deverá compreender, no mínimo, 75% do tempo mínimo de 2 400 horas, estabelecido pela lei como carga horária para o ensino médio.
 - III. a preparação básica para o trabalho deverá estar presente tanto na base nacional comum como na parte diversificada.
 - IV. na observância do princípio pedagógico da Interdisciplinaridade, previsto na lei, as escolas partirão do princípio de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, que deve ser sempre de complementação, de ampliação e não de questionamento ou negação.
- Consta da Resolução CNE/CEB n.º 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, apenas o contido em
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) III e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I, II e IV.

24. Ao tratar do aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, a Resolução CNE/CEB n.º 4, de 8/12/99, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, determina que
- (A) poderá haver o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, pela escola, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional.
 - (B) a escola poderá aproveitar todos os conhecimentos e experiências anteriores, até mesmo os não diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional.
 - (C) a escola aproveitará os conhecimentos e experiências anteriores adquiridos e reconhecidos em processos formais de certificação profissional, apenas.
 - (D) é vedado às escolas o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores adquiridos no trabalho ou por outros meios informais.
 - (E) os conhecimentos e experiências anteriores adquiridos em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico concluídos em outros cursos não poderão ser aproveitados.
25. A Indicação CEE n.º 8/2000 apresenta as diretrizes para implementação da Educação Profissional de Nível Técnico no sistema de ensino do Estado de São Paulo, dentre as quais,
- (A) o trabalho orientado para priorizar os valores éticos mais do que os estéticos e políticos, previstos também para o ensino médio.
 - (B) o estabelecimento de perfis profissionais não necessariamente identificáveis no mercado de trabalho.
 - (C) a delimitação de abrangência apenas em relação à habilitação profissional presente em uma ou mais áreas profissionais afins.
 - (D) a independência e a articulação com o ensino médio.
 - (E) a de que, aos pedidos de autorização de funcionamento de cursos desse nível, sejam anexados os respectivos Planos de Curso, para ciência e arquivo nos órgãos próprios do sistema de ensino.
26. O Decreto n.º 5.154, de 23/7/2004, regulamenta, dentre outras disposições, que a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, contemplando, obrigatoriamente:
- I. as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico;
 - II. os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação;
 - III. as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;
 - IV. a estruturação em módulos com terminalidade.
- Está correto apenas o contido em
- (A) I e II.
 - (B) II e IV.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) II, III e IV.

27. Conforme as disposições da Deliberação CEE n.º 11/96, nas decisões da Escola e do Delegado de Ensino sobre os pedidos de reconsideração e recurso interpostos pelo aluno ou seu responsável legal, em relação aos resultados finais da avaliação feita pela Escola, devem ser levados em consideração, necessariamente, ao menos um dos seguintes aspectos, dentre outros:
- I. descumprimento, pelo aluno, das normas de convivência previstas para o ambiente escolar;
 - II. evidência da falta de procedimentos pedagógicos previstos no Regimento Escolar ou Plano Escolar, visando à superação das deficiências de aproveitamento do aluno, ao longo do ano letivo;
 - III. inobservância das normas regimentais da escola, em especial as referentes à avaliação, recuperação e promoção;
 - IV. desinteresse do aluno pela aprendizagem em geral.
- Está correto apenas o contido em
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) II, III e IV.
28. A Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3/2/2005, atualiza, dentre outras, a nomenclatura dos cursos e programas de Educação Profissional. Assim, passa a denominar-se
- (A) Educação Profissional de nível básico, a formação inicial e continuada de trabalhadores.
 - (B) Educação Profissional de nível tecnológico, a Educação Profissional Tecnológica.
 - (C) Educação Profissional Técnica de nível médio, a Educação Profissional de nível técnico.
 - (D) formação intermediária de trabalhadores, a Educação Profissional de nível técnico.
 - (E) Educação Profissional de nível tecnológico e graduação, a Educação Profissional Tecnológica.
29. Pelo disposto na Deliberação CEE n.º 59/2006, pode-se concluir que as condições especiais de atividades escolares ali previstas para discentes cujo estado de saúde as recomende
- (A) devem merecer especial atenção pela instituição nos casos de discentes de cursos técnicos e profissionalizantes em geral para evitar comprometer a formação das respectivas aptidões, habilidades e competências.
 - (B) referem-se apenas às atividades escolares de aprendizagem, excluindo-se as de avaliação.
 - (C) poderão ser usufruídas a partir de declaração elaborada pelos responsáveis legais pelo discente, protocolada na secretaria da escola.
 - (D) excluem os casos de afecções perenes ou de longa duração.
 - (E) devem ser devidamente analisadas, deferidas e publicadas pela direção da instituição.
30. De acordo com o disposto no Regimento Comum das ETECs do CEETEPS – 2006, o Conselho de Escola
- (A) será integrado por representantes da comunidade escolar e da comunidade extraescolar, sendo que, esta última conterà, no mínimo, seis membros.
 - (B) reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada bimestre.
 - (C) tem, dentre suas atribuições, a de elaborar a proposta pedagógica da escola e o Plano Plurianual de Gestão.
 - (D) tem caráter essencialmente consultivo.
 - (E) terá seus representantes da comunidade escolar, exceto o Diretor, que é presidente nato, escolhidos pelos seus pares, e os representantes da comunidade extraescolar escolhidos pela Direção da Escola.
31. De acordo com a Deliberação CEE n.º 79/2008, os cursos técnicos de nível médio do sistema de ensino do Estado de São Paulo deverão ter suas denominações adequadas ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, observando-se, dentre outras determinações, que
- (A) os pedidos de autorização de novos cursos, constantes da Tabela A anexada à Deliberação, deverão ser protocolados no Conselho Estadual de Educação, que os apreciará no prazo de 90 dias.
 - (B) os pedidos de autorização de novos cursos não constantes da Tabela A, incluídos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, serão analisados e avaliados pelas Diretorias de Ensino.
 - (C) os pedidos de autorização de novos cursos, que não constem do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, deverão ser protocolados diretamente no Conselho Estadual de Educação, que os apreciará no prazo de 90 dias.
 - (D) mesmo se não houver apreciação conclusiva do Conselho Estadual de Educação sobre os pedidos de autorização de novos cursos nos prazos mencionados, os cursos não poderão iniciar seu funcionamento.
 - (E) as instituições com supervisão delegada terão todos os casos de autorização de novos cursos apreciados pelos seus órgãos próprios de supervisão, sendo desnecessária a ciência ao Conselho Estadual de Educação.
32. De acordo com as normas regimentais comuns das ETECs do CEETEPS, em relação ao aproveitamento de estudos e à avaliação de competências, está determinado, dentre outras disposições, que
- (A) o aluno poderá solicitar à escola a avaliação somente das competências adquiridas em cursos concluídos com aproveitamento e devidamente comprovados.
 - (B) a comissão de professores designada pela direção para avaliar as competências adquiridas em outros cursos deverá valer-se, para tanto, de uma prova prática única e abrangente.
 - (C) a comissão de professores designados para emitir parecer conclusivo sobre a dispensa de componentes da série ou módulo não poderá dispensá-los de forma total.
 - (D) o aluno retido em qualquer módulo da Educação Profissional ou série do Ensino Médio poderá optar por cursar apenas os componentes curriculares em que foi retido, ficando dispensado daqueles em que obteve promoção.
 - (E) não poderá haver dispensa de componentes curriculares do Ensino Médio.

33. Ao tratar da aplicação do Decreto n.º 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e no Ensino Médio, o Parecer CNE/CEB n.º 39/2004 analisa as inovações apresentadas por esse Decreto regulamentador. Dentre elas, temos
- (A) a organização da Educação Profissional em três níveis: Básico, Técnico e Tecnológico.
 - (B) que, na forma integrada de concretização da articulação entre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o Ensino Médio, o curso deve ser organizado com duas partes distintas.
 - (C) que, ao organizar um curso na forma integrada, serão, na realidade, dois cursos em um, com certificações independentes.
 - (D) o estabelecimento do limite de 20% do total da carga horária mínima do Ensino Médio para aproveitamento no currículo da habilitação profissional.
 - (E) a forma de articulação entre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio denominada *subsequente* e não mais *sequencial*, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.
34. Estudiosos alertam que, na abordagem por competências, transformar os procedimentos de avaliação – o que é avaliado e como é avaliado – é decisivo para o sucesso. E acrescentam que é paradigma avaliatório nessa abordagem
- (A) a prova escolar clássica.
 - (B) os balanços individualizados de competências em que o professor julga as competências globalmente, em situação.
 - (C) a organização de um “exame de competências”, colocando-se todos os concorrentes na mesma linha de largada.
 - (D) acentuar a distinção entre a avaliação formativa e a certificativa.
 - (E) as comparações entre os alunos, o uso de tabelas e o estímulo à competição.
35. A pedagogia que centra sua atenção em procedimentos de ensino que deem conta, por parte do aluno, da aquisição de meios de aprendizagem do mundo circundante e da experiência cotidiana e cuja proposta metodológica é a de que o educando deve desenvolver-se espontaneamente, como uma planta em um jardim, não cabendo à educação ensinar às crianças conteúdos elaborados, mas sim fazê-las aprender a aprender, denomina-se Pedagogia
- (A) Tradicional.
 - (B) Tecnicista.
 - (C) Renovada.
 - (D) Crítico-social dos conteúdos.
 - (E) Libertadora.
36. Estudiosos em Educação alertam que não se pode imaginar uma abordagem por competências que não seja facilmente sensível às diferenças individuais, a partir do momento em que os alunos são colocados em situações em que, supostamente, aprendem fazendo e refletindo sobre os obstáculos encontrados. Destacam, ainda, em relação a uma pedagogia norteada pelas competências, que
- (A) as situações de aprendizagem devem ser propostas de maneira constante à totalidade de uma turma.
 - (B) deve ser favorecido o trabalho dos alunos em pequenos grupos.
 - (C) não deve haver ruptura com a organização do currículo em programas anuais.
 - (D) a introdução dos ciclos de aprendizado foi um retrocesso.
 - (E) o importante é seguir o programa, que é o que garante o aprendizado.
37. Criar grupos de pessoas com princípios educativos autogestionários; estabelecer como critério de relevância do saber sistematizado, seu possível uso prático e desprezar qualquer tentativa de avaliação da aprendizagem, ao menos em termos de conteúdo, são características da chamada Pedagogia Institucional ou
- (A) Tecnicista.
 - (B) Crítico-social dos conteúdos.
 - (C) Tradicional.
 - (D) Libertadora.
 - (E) Libertária.
38. A visão de que a educação é determinada pela sociedade mas que essa determinação é relativa e na forma da ação recíproca – o que significa que o determinado também reage sobre o determinante – traduz o sentido básico da Pedagogia
- (A) Tecnicista.
 - (B) Crítico-reprodutivista.
 - (C) Nova.
 - (D) Histórico-crítica.
 - (E) Tradicional.
39. Sob o ponto de vista dialético-libertador em educação, pode-se afirmar, em relação ao Projeto Político Pedagógico – PPP, que
- (A) quando de sua elaboração, deve-se provocar um desequilíbrio nas pessoas por meio da leitura de textos teóricos modernos.
 - (B) o regimento escolar deve prever, pelo menos, os limites e as áreas de abrangência do PPP, evitando a dispersão de esforços e os conflitos internos à escola.
 - (C) a denominação mais adequada ao projeto global da escola é a de proposta curricular ou proposta pedagógica.
 - (D) o PPP só não tem condições de ser iniciado quando há um clima de hostilidade entre os educadores e a mantenedora.
 - (E) o marco referencial do PPP deve ser revisto e/ou atualizado anualmente.

40. Analise os tópicos seguintes:
- I. sistema de aperfeiçoamento profissional do pessoal docente e administrativo;
 - II. desenvolvimento metodológico;
 - III. objetivos específicos;
 - IV. diretrizes metodológicas gerais e formas de organização do ensino.
- É pertinente ao Plano da Escola, conforme autores sócio-críticos na área de Didática, apenas o contido em
- (A) III.
 - (B) I e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II, III e IV.
41. Especialistas em Políticas Públicas de Educação Profissional têm apontado, entre outras críticas a essas políticas, que
- (A) a desorganização do ensino técnico brasileiro, promovida pelo Decreto n.º 2.208/97, inspirou-se nas orientações do Banco Mundial.
 - (B) o patamar mínimo de escolaridade exigido para a realização de trabalho simples tende a chegar aos 9 anos de estudo.
 - (C) a hegemonia, no Brasil, do ideário da Conferência de Jomtien (1990) levou à focalização na expansão da educação profissional na dimensão do trabalho complexo.
 - (D) a publicização dos serviços estatais de educação profissional ocorreu, na década de 1990, principalmente pela maior transparência de sua gestão.
 - (E) o Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor) foi predominantemente desenvolvido pelo Ministério do Trabalho.
42. Ao analisar a Política de Educação Profissional do atual governo federal, pesquisadores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, da Universidade Federal Fluminense e da Fundação Oswaldo Cruz têm enfatizado que
- (A) o ensino médio unitário e politécnico é uma proposta retrógrada, típica dos anos 1940.
 - (B) a integração entre conhecimentos gerais e específicos, na educação profissional, tem como essência a adição de um ano de estudos profissionais a três de ensino médio.
 - (C) a reforma da educação profissional proposta pelo Decreto n.º 2.208/97 era muito boa, mas não foi bem implementada.
 - (D) a citada política tem se processado mediante programas focais e contingentes.
 - (E) uma política de Educação Profissional progressista deveria focar-se na formação por competências voltadas para a empregabilidade.
43. Estudiosos da relação entre educação e trabalho na legislação educacional brasileira têm argumentado, em uma perspectiva transformadora, que
- (A) quanto mais se consolida uma sociedade global de produção de bens de consumo, menor é a tendência à incorporação legal do objetivo da preparação ou qualificação para o trabalho na educação.
 - (B) o ensino profissional deveria ser explicitamente destinado, na legislação educacional, às classes menos favorecidas.
 - (C) a LDB (1996), ao possibilitar a certificação de conhecimentos adquiridos no trabalho, expressa o afastamento do Estado em relação à formação geral.
 - (D) a LDB de 1971 representou, à época, uma opção favorável às tendências dos países capitalistas avançados em relação à qualificação da força de trabalho.
 - (E) o vigente decreto regulamentador da educação profissional superou definitivamente a fragmentação curricular da formação profissional de nível médio.
44. Sob a ótica helleriana, as dificuldades para a transição de um modelo de ensino de conteúdos disciplinares para outro que prioriza o desempenho de competências e habilidades, em uma rede de ensino técnico, decorrem, entre outros aspectos,
- (A) do modelo gestor sistêmico, adotado pela rede.
 - (B) do excesso de autonomia pedagógica regimentalmente garantido.
 - (C) da recusa teórica ou ideológica, pelos professores, da formação por competências.
 - (D) da ampliação da duração dos cursos, a qual levou ao excesso de conteúdos a serem assimilados.
 - (E) do caráter absolutamente alienado dos professores da rede.
45. Algumas análises clássicas sobre a importância da liderança e da autoridade na gestão escolar têm destacado que
- (A) a autoridade carismática é aquela em que predomina o paternalismo do líder e o seu poder advém do arbítrio.
 - (B) a liderança *laissez-faire*, que abre mão de qualquer controle sobre o grupo, pode ser vantajosa em algumas situações.
 - (C) a autoridade formal-legal é típica do líder escolhido pelos liderados em função de seu programa.
 - (D) a liderança democrática, que valoriza a participação nas decisões, é a melhor saída em qualquer situação administrativa.
 - (E) o líder autocrático é visto como possuidor de poderes pessoais e virtudes incomuns à maioria dos liderados.

46. Educadores especialistas em educação comunitária têm definido, ao estudarem o problema da autonomia na gestão da escola pública, que
- (A) propostas de autonomia fundamentadas puramente em motivos econômicos de eficiência podem obter grande apoio dos professores.
 - (B) escola autônoma é aquela que segue um projeto político pedagógico bem elaborado e bem conhecido.
 - (C) a autonomia escolar depende principalmente da existência de leis claras e coerentes cujo cumprimento seja constantemente fiscalizado.
 - (D) a garantia de efetivação da autonomia escolar depende, acima de tudo, da vontade política dos dirigentes.
 - (E) a busca de autonomia da escola é um processo de formação de sujeitos coletivos.
47. Muito se tem falado e escrito sobre a necessidade de novos padrões de gestão para as escolas públicas e para o Estado, mas alguns autores crítico-progressistas têm alertado para o fato de que
- (A) a única solução moderna para a administração burocrática estatal é a adoção da administração gerencial.
 - (B) a substituição do termo “administração” por “gestão” no discurso das políticas educacionais encobre uma perspectiva neotaylorista.
 - (C) o termo “novos padrões de gestão educacional” expressa uma política de aproximação do Estado em relação às suas responsabilidades.
 - (D) na política educacional do Estado de São Paulo, nos anos 1995 – 1998, um novo padrão de gestão foi a autonomia pedagógica real concedida às escolas.
 - (E) um dos melhores mecanismos que asseguram a efetividade do novo padrão de gestão educacional é o das parcerias para a oferta do ensino fundamental.
48. Para os defensores de um Planejamento Libertador é correto afirmar, em relação ao Planejamento do Projeto Político-Pedagógico – PPP, que
- (A) planejamento é o trabalho de preparação para qualquer empreendimento, segundo roteiro e métodos determinados.
 - (B) o desencadeador da construção do PPP pode ser um ato unilateral da Mantenedora e/ou da Direção do estabelecimento.
 - (C) o projeto político-pedagógico, quando baseado numa autêntica ética, expressa um compromisso de todos os envolvidos com uma caminhada educativa.
 - (D) o ideal é que a elaboração do PPP seja feita no primeiro mês letivo, após o conhecimento efetivo dos alunos.
 - (E) quando bem elaborado, o PPP funciona como um manual pedagógico para o trabalho em sala de aula.
49. Em uma visão sócio-crítica de planejamento e de Projeto Político-Pedagógico – PPP ou Projeto Pedagógico-Curricular é comum a defesa de que
- (A) é desejável que um esboço prévio do Projeto seja formulado pelo Mantenedor ou pelo Diretor.
 - (B) a proposta de formação continuada dos professores é componente próprio do PPP do sistema educacional, cabendo ao PPP da escola adequar-se àquele.
 - (C) a pergunta mais importante que deve ser respondida, para a elaboração do PPP, é: “como tornar mais eficiente a nossa escola?”
 - (D) o trabalho interdisciplinar não exige que a escola tenha unidade na concepção curricular e pedagógico-didática.
 - (E) a formulação do PPP é prática que expressa o caráter formativo do ambiente de trabalho.
50. A visão sócio-crítica de gestão escolar propõe alguns conceitos importantes para as práticas de organização e de gestão das unidades escolares. Dentre elas, a ideia de que
- (A) a escola deve ser organizada como uma comunidade democrática de aprendizagem, na qual o professor ensina e aprende.
 - (B) a visão sócio-crítica exclui as concepções autogestionárias e as interpretativas de organização escolar.
 - (C) a imposição normativa total à escola pelo Estado é necessária em função das dimensões e da complexidade de sua rede de ensino.
 - (D) o trabalho do gestor deve enfatizar mais a eficiência e a eficácia das tarefas do que as necessidades e as características das pessoas.
 - (E) a organização escolar é um conjunto objetivo de elementos que determinam univocamente a atuação dos professores.